

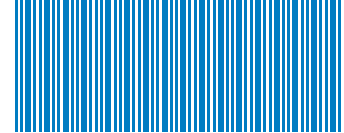
## Entrevista: Renato Janine Ribeiro

### “Uma onda educativa é a via do Brasil”

Por Ricardo Prado, editor da Revista *Veras*

O filósofo e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro passou seis meses na Esplanada dos Ministérios, em meio a uma crise política que assumiria proporções avassaladoras. Ao tomar posse, em abril de 2015, conforme lembra nesta entrevista, o *impeachment* era uma possibilidade. Ao ser exonerado, em novembro do mesmo ano, era uma forte probabilidade.

Na terceira e última reunião com a então presidente, Dilma Rousseff, Janine sugeriu a ela um investimento na qualidade da educação pública, a começar pelas creches, em um horizonte de 20 anos, que se espalharia pelo país como se fosse uma “onda educativa”. Esse investimento planejado na qualificação

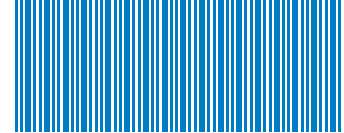


das redes municipais e estaduais de educação, que precisaria acontecer tanto com os prédios quanto com professores formados sob as diretrizes de uma nova base curricular nacional, se daria ao ritmo de crescimento de 5% ao ano, garantindo-se sempre o já conquistado no ano anterior. Esse era o plano, que, naquela altura, ainda caberia no território das possibilidades, e uma das primeiras ações ele havia tomado: as comissões que elaboravam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estavam empossadas e trabalhando, e o projeto de lei sobre a reforma do Ensino Médio havia sido encaminhado da Câmara dos Deputados ao MEC, onde passava por alguns ajustes antes de voltar ao Congresso.

Mas os tempos tumultuados não permitiram um ministro da Educação tão talhado para o cargo, como esta entrevista, concedida em maio de 2017, permitirá descortinar. Não houve tempo para nenhuma onda educativa e a reforma do Ensino Médio que saiu, atropelando a que vinha sendo discutida no Congresso, a seu ver não mexeu na questão principal, que é o currículo: “O Ensino Médio tem uma tendência a ser uma prévia do curso de graduação da mesma disciplina”, analisa, quando deveria seguir o que os educadores desde Rousseau preconizam: ensinar o que é útil ao aluno, o que faz sentido para a sua vida. O resultado ele próprio cansou de constatar em suas turmas de 1º ano de faculdade: ninguém se lembrava quase nada de química, exemplifica.

Pensando nas suas próprias áreas de conhecimento, Janine decidiu deixar com o novo ministro sua contribuição, como filósofo e intelectual, para um currículo de Ensino Médio em filosofia e sociologia que realizasse exatamente isto: trazer essas disciplinas para o centro dos interesses dos educandos, criando as condições para que aconteçam, em sala de aula, debates sobre questões cruciais envolvendo a cidadania, como ética, política, democracia, sistemas de governo, direitos humanos e outros temas relevantes.

Ressaltando a importância da escola (“é o melhor sistema de socialização controlada que foi inventado na modernidade”), Janine ataca aqueles que querem amordaçá-la, como o movimento “escola sem partido”: “Na escola estão as condições para o aluno conhecer e escolher o seu lugar no mundo. Por isso, é preciso haver uma abertura para expor todas as questões”, ressalta. E, como bom filósofo, vai às



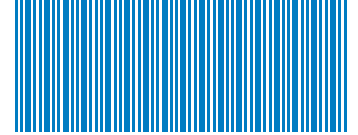
origens da palavra para trazer mais argumentos: “A palavra *educare* é formada por *ex*, sair de dentro para fora, e *ducere*, conduzir. Educar é você sair de um casulo e se abrir para o mundo”. Portanto, defende que se discuta política na escola. Sem doutrinação e nas disciplinas adequadas para isso, como história, sociologia ou filosofia, observa. As duas últimas, por ironia dessa história ainda sendo escrita, encontram-se sob ameaça de se tornarem irrelevantes no modelo de Ensino Médio que ensaia seus primeiros passos em 2017.

**Revista Veras:** Professor Janine, gostaria de começar esta entrevista pedindo sua avaliação sobre a reforma do Ensino Médio?

**Renato Janine Ribeiro:** Primeiro ponto: a reforma do Ensino Médio é necessária, e é um assunto que estava sendo discutido há vários anos. Houve todo o trabalho de uma comissão da Câmara, presidida pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que encaminhou um anteprojeto, que tinha suas falhas, mas tinha o grande mérito de ser uma das raras vezes em que uma comissão parlamentar chegava a uma proposta de lei, o que é uma coisa muito boa. Esse anteprojeto foi submetido ao MEC, e havia pontos que precisavam ser revistos e esclarecidos, mas tinha o ponto positivo de já ter sido debatido no Congresso Nacional.

Então, havia certo entendimento a respeito da reforma do Ensino Médio. E há um aspecto que facilita a sua reforma: em números redondos, há cerca de 8 milhões de alunos no Brasil, dos quais 7 milhões estão nas redes estaduais. Isso facilita porque há 27 atores que respondem por quase 90% das vagas no Brasil. Assim, você se sentando com os 27 secretários de Educação dos estados e do Distrito Federal já discute a questão. É mais fácil de se encaminhar do que uma reforma no Ensino Fundamental, que é ministrado por todos os municípios do país e também pelos estados. Essa reforma do Ensino Médio, portanto, estava sendo discutida, pelos secretários estaduais, pela Câmara, por vários atores, e isso tornava o fruto mais maduro.

A meu ver, a reforma, tal como saiu, tem alguns equívocos. O primeiro deles é ter saído por meio de medida provisória. Teria sido mais interessante demorar uns dois ou três meses a mais e fazer um projeto de lei que passasse pelas casas e fosse discutido. Não demoraria demais, porque o projeto já estava amadurecido. Isso apararia certos erros. Por isso é bom o processo de discussão parlamentar. O segundo ponto da reforma sobre o qual tenho sérias dúvidas é porque ela não garante



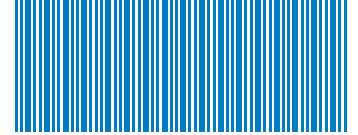
a oferta de opções distintas aos alunos, nem a uma parte deles. Nenhuma das cinco áreas do conhecimento (eram quatro no anteprojeto, e agregou-se o ensino técnico nessa reforma) está claramente definida. Peguemos uma das áreas, matemática e suas tecnologias, por exemplo. Para se dar uma ênfase maior nessa área, supõe-se que no momento da separação dessas áreas, o ano e meio final do Ensino Médio, esteja previsto um número maior de aulas dessa disciplina, em detrimento de outras matérias. Mas matemática já tem uma presença elevada, de quatro, até cinco aulas por semana, dependendo da escola. Não há muito como ampliar isso. Como se vai fazer? Vai se criar um *mix* com as ciências da natureza? Não vai ser fácil aplicar isso. Eu imagino que matemática e suas tecnologias possa ser a disciplina mais alguma do mundo da engenharia, que seria uma tecnologia da matemática.

Ótimo, o Brasil precisa muito de engenheiros, e durante os governos Lula e Dilma se expandiram muito as vagas no ensino superior. Mas aí surgiu um problema muito sério: mesmo expandindo essas vagas, os alunos não dão conta e a evasão é muito grande. Eles chegam sem conhecer a matemática adequadamente. As outras ênfases também não se definem claramente. Em linguagem e suas tecnologias, por exemplo, que inclui duas línguas, a portuguesa e uma estrangeira, além de artes e educação física, teremos mais aulas de português, de inglês, de artes e de educação física?

Ao mesmo tempo, eu tenho para mim que os secretários estaduais devem ter muito bem definido isso, porque o Consed [*Conselho Nacional de Secretários de Educação*] é muito ativo, é bem presente. Eles podem falar com todos. É bem diferente da Undime [*União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação*], que congrega cerca de metade dos municípios brasileiros. Essa capacidade de articulação é boa, mas as ênfases estão confusas e não está claro como esses cursos se desenvolverão na parte das opções. Não está claro se os alunos terão o direito de opção. Apesar de ter sido dito que os alunos terão esse tipo de escolha, nada indica que terão.

**Revista Veras:** Por que essa escolha dos alunos não está garantida?

**Renato Janine Ribeiro:** Pegue-se uma cidade pequena, que tenha uma única escola de Ensino Médio. Há muitos municípios nessa situação; aliás, em muitos não há sequer escola de Ensino Médio. Pois essa única escola da cidade terá condições de dar duas opções? Vai ser difícil. Considerando-se a praxe de ter 30 a 40 alunos por classe; deveriam ser menos, mas vamos considerar essa média.. Supondo que os



alunos não farão a opção exatamente pela metade, haveria a necessidade de haver pelo menos 360 alunos de Ensino Médio – somando os três anos – na cidade para que a escola pudesse dar duas opções. Se não há isso, não vai haver opção.

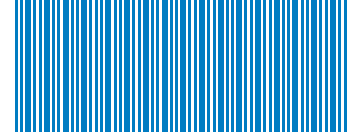
Na verdade, o que deve estar acontecendo na maior parte das escolas é que haverá menos aulas de certas matérias, e mais de outras, sem tocar na questão crucial, que é o currículo. Sobre isso falaremos mais tarde porque antes é preciso falar que essa questão da oferta de cursos vai gerar um problema de gestão.

Ao propor a mudança na metade do segundo ano, o corpo docente da escola terá um número de professores no começo do ano letivo, e outro a partir da metade. Uma parte deixará de dar aulas no segundo semestre, e outra parte passará a dar mais aulas. Como esses professores serão contratados? Supondo o mais provável, que a divisão, grosso modo, seja entre o científico e o técnico, os professores das áreas de humanas perderão aulas. Como o Estado vai fazer isso, se não pode despedir nem reduzir salário, eu não sei. Como o setor privado vai fazer isso, também não podendo reduzir salário, não sei.

E haverá mais um fator de descontentamento entre os professores, porque muitos terão um “salário gangorra”. Pode ser que no setor público os professores que não deem aula no segundo semestre tenham outro tipo de atividade sem perder o salário, e a mesma coisa para quem deixou de dar aulas no semestre seguinte, o que vai representar um custo maior.

E isso vai bater nos alunos. Vamos supor que eles tivessem um direito de escolha grande, entre as quatro áreas do conhecimento, e a escola precisasse atender a opção que tivesse pelo menos 20 ou 25 demandantes. Nesse caso, se no fim do 1º ano, em novembro digamos, você fizer a opção para estudar no segundo semestre do ano seguinte, do ponto de vista da estrutura do Estado, isso é impossível. Não há estrutura para se montar um curso assim, e não haverá recursos humanos.

Se houver uma mudança na tendência de escolha dos alunos de um ano para outro, o Estado não terá condições de atender. Tudo isso torna a coisa muito engessada. Talvez o governo pense em algum tipo de flexibilização no contrato de trabalho dos professores para que isso se torne viável. Se fizerem isso, criarão um problema adicional, que é o de desprestigiar a profissão, tornando ainda menos atrativa do que é a profissão de professor. Então, o fato de se prometer o que não é possível entregar; o fato de começar uma mudança do meio do ano, o que do



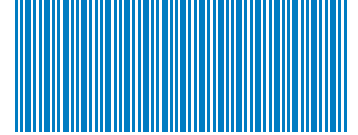
ponto de vista de gestão me parece muito equivocada; isso tudo quebra a lógica dessa reforma que, a meu ver, não pega a questão fundamental.

**Revista Veras:** Qual é o problema em relação ao currículo atual do Ensino Médio que o Sr. mencionou há pouco?

**Renato Janine Ribeiro:** À medida que avança o Ensino Médio, ocorre um aprofundamento muito grande, por vezes excessivo, do conhecimento transmitido em cada matéria. Aí se chega ao ponto crucial. Aqui está o grande erro: o Ensino Médio tem uma tendência a ser uma prévia do curso de graduação da mesma disciplina. Então, física, química, filosofia, sociologia correm o risco de ensinar ao aluno não aquilo que ele, como ser humano, vai precisar dessas disciplinas, mas aquilo que seriam os primórdios da graduação nessa área. E aqui está o grande equívoco: não está nem no número de matérias, mas na natureza dessas matérias. Algo que é dito desde que começa a reflexão moderna sobre educação, e estou datando isso de Rousseau, é que você deve ensinar às pessoas aquilo que é útil a elas. Útil não quer dizer utilitário. Quer dizer aquilo que vai contribuir para elas. E, no entanto, essa ideia, que é repetida por muitos educadores, é sistematicamente derrotada. A tendência, quase o tempo todo, é de se transmitir aquilo que quem ensina acha que é importante. Não se pensa muito no interesse do aluno. Você tem as famosas 13 matérias; essas 13 matérias conhecem, geralmente, um aprofundamento excessivo, detalhista até, e acabam sendo esquecidas. Tornam-se mais ou menos inúteis para quem não vai fazer uso direto daquela matéria. Eu me aprofundei nessa questão, sobretudo no caso da filosofia, que é minha área, propondo um outro tipo de currículo. Isso aconteceu depois que eu deixei o Ministério da Educação. Fiz algumas reflexões, que mandei para a Secretaria de Educação Básica do MEC e para o próprio ministro [Aloísio] Mercadante, que me sucedeu, sobre o que poderia ser feito em termos de ensino de filosofia e sociologia no Ensino Médio.

**Revista Veras:** E como o Sr. imaginou um currículo de filosofia para o Ensino Médio que ensinasse, de fato, o que pode ser útil aos alunos?

**Renato Janine Ribeiro:** No caso da filosofia, costuma-se dar muita ênfase à história da filosofia, e isso não pega na veia do aluno de Ensino Médio. Você ensinar a história da filosofia para quem entrou na graduação faz todo o sentido, mas antes disso seria mais interessante, por exemplo, abordar questões como a ética, a estética, talvez a teoria do conhecimento, e transmitir isso aos alunos de forma que eles pudessem usar em suas próprias vidas.



**Revista Veras:** Ou seja, sair da teoria, que seria o exemplo da história da filosofia, e trazê-la para o cotidiano dos alunos, para aquilo que eles vivem...

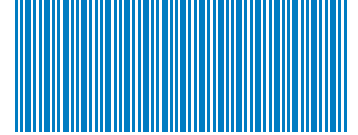
**Renato Janine Ribeiro:** Exatamente. Vamos pegar a ética, por exemplo. O Brasil tem uma relação muito peculiar com a ética. A nossa maior crítica aos governantes é que eles são corruptos. É quase impossível se ouvir uma crítica política. Nós enchemos a boca para falar desse assunto. Ética é um objeto de muito desejo, mas de pouco conhecimento. As pessoas têm muito interesse em discutir ética, mas pouca ideia do que é. Um curso de ética ministrado pelo professor de filosofia no 1º ano do Ensino Médio seria fabuloso porque permitiria aos alunos conhecerem melhor as grandes questões éticas.

Eu tenho um curso padrão, que construo conforme a situação, que é o seguinte: começa com *Antígona*, a peça de Sófocles, aqui mostrada como o primeiro grande texto da tradição ocidental a discutir a ética, no qual se colocam em conflito a ética e a lei. Nessa tragédia grega, uma jovem enfrenta o poder de um Estado em nome de um valor maior e aceita ser morta em função desse valor, superior às leis dos homens. Isso é uma discussão ótima sobre ética.

Outro autor para se discutir ética é Maquiavel, porque chama a nossa atenção para as consequências dos atos. Embora haja muita gente que diga “Maquiavel é do mal”, geralmente gente que nunca leu Maquiavel, e até atribui a ele uma frase nunca dita (“Os fins justificam os meios”), há em Maquiavel essa discussão sobre as consequências dos atos. E se chegarmos até Max Weber, quando ele analisa as duas éticas, a do cientista e a do político, em um livro de 1919, fruto de duas conferências [Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999], a gente vê que a ética de Maquiavel é exatamente essa ética weberiana do político.

Também seria preciso passar por Kant, e pela autonomia do sujeito. Kant afirma que não há uma ética outorgada de cima para baixo, por um deus, à qual você tem que obedecer, mas que você está enunciando uma ética que é própria, enunciada a duras penas. Tudo isso dá um curso muito interessante para uma discussão sobre ética.

No 2º ano, seguindo adiante nessa reflexão, poderia haver um *mix* entre filosofia e ciência política, e se ensinar política. Esse ensino de política seria o quê? Estudar democracia, direta e representativa, estudar direitos humanos, os problemas da representação política, os sistemas de governo e os tipos de voto. Isso seria ótimo porque com 16 anos essa garotada já está podendo votar. Nessa faixa etária em



que se encontram seria importante ter um curso assim; obviamente não doutrinário, mas no qual pudessem conhecer o que é socialismo, o que é liberalismo, e tudo mais, podendo votar com mais consciência, com mais conhecimento.

E, por fim, o 3º ano de filosofia do Ensino Médio poderia estar aberto à lógica, à estética ou mesmo à história da filosofia. Mas eu vejo com muita simpatia o ensino da lógica nesse ano, porque o uso do raciocínio lógico é um grande problema para as pessoas em geral.

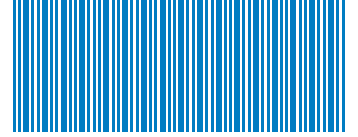
**Revista Veras:** E em sociologia, como seria esse currículo?

**Renato Janine Ribeiro:** Eu penso que seria importante ensinar a economia capitalista, primeiramente. A economia no mundo hoje é capitalista. É claro que você pode dar um enfoque histórico, mostrar outros sistemas econômicos, mas para o aluno o mais importante é entender como funcionam a busca do lucro e a livre iniciativa, e explicar também como o capitalismo foi sendo civilizado mediante lutas trabalhistas, sociais e ambientais.

O capitalismo, ele próprio, busca o lucro, e não é moral nem imoral, ele é amoral. O que pode dar um foco moral são pressões de grupos, ligados de certa forma aos direitos humanos, o que teria uma interface com a filosofia. Os alunos têm que saber como funciona o capitalismo e quais são os inúmeros projetos que vão do liberalismo ao socialismo, para não terem ilusões. Eu leio constantemente pessoas dizendo coisas que só podem ser fruto de uma péssima formação. Pessoas que às vezes são até consagradas em uma área ou outra, ou professores universitários até de bom nível que dizem bobagem. Há pessoas, por exemplo, que confundem lucro com extorsão, esquecendo que o lucro é o motor do capitalismo. Sem lucro não há capitalismo, e o capitalismo é a economia que melhor avançou na questão da produção até hoje; não é tão bom na distribuição, mas não existe nenhum tipo de economia mais produtiva que a capitalista.

Há pessoas que não têm noção disso, mais para a esquerda. Mais para a direita há quem confunda comunismo com socialismo, e pense que é só ditadura, opressão. Então, seria bom ter um curso de economia, para mostrar como se gera a riqueza; e um curso de sociologia, para mostrar como se gera a pobreza. Tanto economia quanto sociologia são extremamente presentes na mídia. Se você olhar os cadernos de um jornal, sempre há um caderno de economia, ou dinheiro, finanças; e outro de cotidiano, cidades, geral, seja lá o nome que se dê a essa editoria. Nesta última com frequência o que se discute é a pobreza ou miséria. Porque a pobreza não é um dado, ou um resíduo.



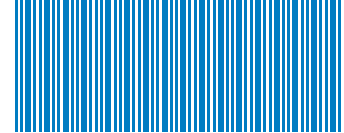


O tempo todo, a pobreza está sendo produzida. É verdade que na sociedade atual, desde os anos 2000, a produção de pobreza diminuiu e aumentou a inclusão social. Isso é verdade, e é uma coisa muito boa. Aliás, na medida em que a pobreza foi sendo reduzida, nós aprendemos sobre ela, suas causas – e as formas de enfrentá-la. É muito importante que haja aulas sobre ela. Para mim o grande foco de sociologia no Ensino Médio seria mostrar a estratificação social – o que inclui a pobreza, mas não só.

É preciso mostrar como a sociedade se divide. E um 3º ano da matéria de sociologia poderia ser a antropologia, que lidaria com o conceito de cultura, o que é fabuloso, e se aproveitaria do fato de que essa área do conhecimento se inicia com o estudo dos índios. Então, você poderia ter um conceito de cultura que extrapola, de longe, o das sociedades indígenas; mas inclui o estudo das sociedades indígenas do Brasil, que é uma obrigação moral e cognitiva nossa: que ninguém saia da educação básica sem ter o respeito às culturas indígenas, fruto de um conhecimento sobre elas.

Se formos falar de áreas que conheço menos, o que eu vi em livros didáticos de química, por exemplo, é muito aprofundado. Mas o que eu conversei com os alunos que passaram por isso e agora estão no 1º ano do ensino superior é que já esqueceram a química ensinada no Ensino Médio. Agora, veja, a química tem uma interface paradoxal com a cozinha. Alguns dos melhores cozinheiros que conheci são químicos, sabem cozinhar admiravelmente. Seria enriquecedor ligar as ciências com o mundo prático, o que muitas vezes falta e torna essas matérias chatas e aborrecidas para quem não está focado nelas. É possível articular conhecimentos, seja num curso técnico, seja no Ensino Médio regular, que repercutam na vida das pessoas, e isso está muito mais na maneira como você ensina do que no currículo. Então, em linhas gerais, penso que o grande problema do Ensino Médio que não está sendo enfrentado pela atual reforma é o currículo. Você deve ensinar o que o aluno está apto a aprender, e aquilo que poderá utilizar para a vida. E, ao mesmo tempo, toda vez que isso é dito, vem uma avalanche na direção oposta, às vezes até dizendo que estão querendo ensinar o que é útil. Algo muito frequente na ideologia hoje dominante é usar esse mesmo discurso da utilidade para só defender o utilitário, naquilo que o capital e as empresas elegeram como prioritário. Não o que é útil para a formação da pessoa. E é por isso que vão reduzir as matérias de humanas no Ensino Médio, porque querem esse resultado mais utilitário.

**Revista Veras:** O Sr. vê algum fôlego mais duradouro neste movimento chamado “escola sem partido”?



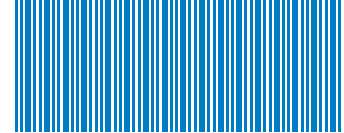
**Renato Janine Ribeiro:** Para mim, o que acontece é o seguinte: há no Brasil, não sei se é proposital ou fruto da ignorância, uma agenda contrária à educação. Essa agenda contrária à educação se expressou em 2014 na questão da ideologia de gênero. De 2015 para cá, se expressa na “escola sem partido”. Para isso, é preciso falar um pouco do Plano Nacional de Educação.

O PNE teve como grande polêmica a questão do gênero. De um lado, setores progressistas queriam garantir que não houvesse na escola qualquer tipo de discriminação por orientação sexual. Do outro lado, setores mais conservadores diziam que isso seria uma espécie de doutrinação para que as crianças se tornassem homossexuais. Em função disso, foram a voto projetos diferentes de texto legal e venceu o projeto que proibia toda e qualquer discriminação – o que, no entendimento do MEC e também do relator do projeto, Gabriel Chalita [*ex deputado do PMDB-SP*], incluía a discriminação de gênero. Então, ficou proibida por lei a discriminação de qualquer criança em uma escola de acordo com sua orientação sexual. Esse foi o entendimento que o MEC teve desde a promulgação do PNE, em 24 de junho de 2014.

Sucedem que, no ano seguinte, na votação dos planos estaduais e municipais de Educação, em muitas cidades e estados os grupos progressistas voltaram a propor um artigo proibindo a discriminação de gênero, o que, no entendimento do MEC era desnecessário, porque a lei já tinha pacificado aquele assunto. Ao propor isso de novo, esses proponentes se expuseram a uma derrota que traria água para o moinho daqueles que diziam que a discriminação de gênero havia sido derrotada e, portanto, seria lícita. Cheguei a receber uma carta de um deputado dizendo isso! Que proibir a discriminação de gênero era, espantosamente, ilegal, porque tinha sido derrotada na Câmara a emenda que propunha isso. Por culpa desse embate, o PNE acabou discutindo muito pouco temas da educação. Por exemplo, poderíamos ter discutido, pelo menos nos estados e municípios mais ricos, se não deveria haver um segundo professor nas salas de aula de alfabetização, ou seja, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Um plano estadual de educação poderia ter proposto isso, ou um número máximo de alunos por sala de aula...

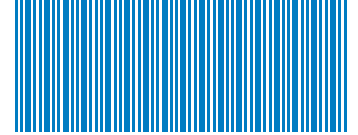
**Revista Veras:** No seu entendimento, a questão de gênero foi como uma cortina de fumaça que ocultou outros temas importantes da agenda da educação?

**Renato Janine Ribeiro:** Minha única dúvida é se esses atores não querem discutir educação, não gostam de educação, e querem discu-



tir outras questões, ou se foi sem querer, talvez porque não gostem de educação e não conheçam educação. E tivemos uma reprise desse processo com o “escola sem partido”, que surge a partir do quê? É óbvio que o professor não pode fazer doutrinação partidária. Isso é óbvio: não devemos ter professores que façam a cabeça dos alunos. Mas temos. Meu filho estuda num colégio particular muito bom, e caro, aqui de São Paulo, e vários professores dele falavam mal da presidente Dilma Rousseff. Professores que não tinham nada a ver com matéria sobre política falavam mal dela. Chegaram até a demitir um professor que era mais progressista da escola. Professores falam de política na sala de aula, e geralmente são professores despreparados para isso, porque não é um professor de química, de física ou português que está em condições de discutir *mesmo* política com os alunos. Há matérias para isso: sociologia, filosofia, talvez história, são espaços para se discutir política, mas nunca para pregação. Agora, é bom observar que essa partidarização da escola nem sempre é à esquerda. No caso da escola do meu filho, os professores deles são mais à direita.

Linha política não deve existir na escola. O que deve existir é educação. Literalmente, o que quer dizer a palavra? *Educare*: ex é sair, de dentro para fora; *ducere*, conduzir. Educar é você sair de um casulo e se abrir para o mundo. O que você aprendeu na família, no clã, no bairro, na rua, isso tudo é um tanto fechado; você está circunscrito a um certo meio social, às vezes religioso, ou étnico. E a escola é o melhor sistema de socialização controlada que foi inventado na modernidade. Na escola estão as condições para o aluno conhecer e escolher o seu lugar no mundo. Por isso, é preciso haver uma abertura para expor todas as questões. O que o “escola sem partido” faz é dar a entender que “o que os outros chamam de educação nós chamamos de doutrinação. E nós não queremos esse jeito de doutrinar; queremos o nosso jeito de doutrinar”. Tanto que eles fazem propaganda em sites de textos de doutrinação política. Então, se fossem “sem partido”, eles pretenderiam que todas as linhas políticas fossem expostas. Não é o que eles pretendem, nem o que está nas publicações deles. Disso decorre que esse movimento acaba sendo mais uma forma de ignorar as questões da educação. Um pai que realmente esteja preocupado com a educação de seu filho terá confiança no filho para que ele encontre o seu caminho. Mas nessa fase os filhos questionam os pais, precisam de certa forma “matar o pai dentro deles” para se encontrarem. Pai e mãe, ou um professor muito bom, são figuras muito pesadas, poderosas, e num dado momento essas pessoas têm que sair desse universo de formação. E isso é natural. O que está se tentando com o “escola sem partido” é muito arcaico, pré-século 18, é o sonho



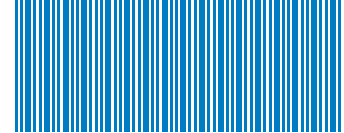
do pai autoritário que quer ver o filho como seu reflexo no espelho. Isso é impossível no mundo atual, e nem é desejável.

**Revista Veras:** E a discussão da Base Nacional Comum Curricular, como o Sr. vê que está se dando esse processo?

**Renato Janine Ribeiro:** O PNE estabelecia o seguinte: dois anos de prazo para o MEC enviar para o Conselho Nacional de Educação o projeto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse prazo venceria em 24 de junho de 2016. Eu fui ministro em 2015 e uma das minhas primeiras ações, a pedido do secretário de Educação Básica, Manoel Palácios, foi instalar as comissões que elaborariam a BNCC. A ideia do Palácios, em abril de 2015, era que conseguíssemos mandar para o conselho o projeto antes do prazo fatal, em torno de fevereiro de 2016. O nosso plano era trabalhar a base entre abril de 2015 e fevereiro de 2016 e, aí, mandá-la ao CNE para que pudéssemos promulgá-la em uma sessão solene no segundo aniversário do PNE. E nesses dez meses antes de minha posse não se tinha iniciado a preparação da Base, embora houvesse discussão, sobretudo nas fundações e institutos privados. A grande ideia do secretário Palácios foi chamar também professores das redes para a discussão em todas as comissões, juntando assim professores universitários com gente que estava na sala de aula, de modo que, estando em contato com os alunos, atendessem aquilo que mencionei em relação ao currículo: eleger aquilo que o aluno quer, ou precisa, ou será bom aprender, e não tanto o que a comunidade acadêmica da pós-graduação daquela área acha que deva ser ensinado. Esse foco foi muito bom. Só que, em alguns países, esse processo demorou oito anos para ser feito, e tivemos o desejo, romântico talvez, de fazê-la em nove meses, utilizando a nosso favor a experiência internacional, chamando gente da Austrália, da Inglaterra, que vieram aqui para nos contar como é que foi a elaboração em seus países.

**Revista Veras:** E por que o trabalho não evoluiu?

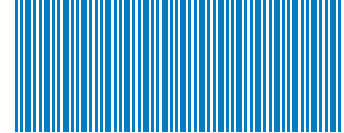
**Renato Janine Ribeiro:** Olhando retrospectivamente, penso que faltou pessoal do MEC nas comissões. Se tivéssemos colocado um representante da SEB [*Secretaria de Educação Básica*] em cada comissão para acompanhar... eu mesmo, como ministro, talvez devesse ter feito uma reunião mensal para saber o estado de avanço de cada área, de cada disciplina da base, o que estava se propondo ensinar no Fundamental 2, no Médio etc. Este foi um erro meu, não ter feito um monitoramento mais próximo do trabalho das comissões. As comissões foram seguindo suas próprias cabeças. Resultado disso: a comissão com



a qual eu mais me reuni, que foi a de história, foi a que apresentou o trabalho mais contestável, porque era um texto realmente incompreensível. Não dava para entender em que ano se ensinaria o quê. A Base Curricular de história não tinha, por exemplo, o que é praxe, um ano em que se estuda História Antiga, um ano em que se estuda Idade Média, a Modernidade, o período contemporâneo etc. Os bons livros didáticos de história de hoje, o que eles têm que não havia no meu tempo? Têm duas grandes mudanças: a primeira é que nunca se limitam à sequência Egito, Oriente Próximo, Europa, e daí a descoberta de outros continentes a partir da perspectiva eurocêntrica, que foi como eu aprendi. Atualmente, quando se estuda a Antiguidade grega, também se estuda a história da China, da Índia, do império persa, dos povos africanos e das Américas. Este é o primeiro ponto: é uma história muito mais abrangente do que a que eu aprendi. Segundo ponto: não se contentam com os reis; também falam de revoluções, de povos etc. Esses dois são os grandes pontos de avanço no ensino de história. Mas mantêm a cronologia. Se você coloca as várias culturas humanas e se você coloca os povos em cena, fez o que precisa fazer para ter um bom ensino de história.

Em vez disso, na proposta deles não havia indicação de que ano cada período seria ensinado; se não me engano, a única vez que havia menção a um conteúdo específico era em um dos anos do Ensino Médio em que estava previsto o ensino da história da África. Por quê? Por imposição legal; como a lei mandava ensinar a história da África, ela estava prevista; mas não havia menção a como se estudaria história do Brasil, da Europa, nada disso. Então, você pensando em uma base curricular comum, que precisaria ser clara, direta, orientar, isso tornava o texto muito vago, muito genérico, inútil.

Havia um ponto especial, que eu até entendo, que era a proposta de estudar as revoluções no Brasil com participação popular, o que incluía uma série de revoluções pouco conhecidas, o que é muito bom. Aliás, eu, quando era ministro, determinei à Capes que abrisse um edital para apoiar pesquisas na pós-graduação do Brasil sobre movimentos revolucionários, algo que é subestudado no país. Mas na base de História, quando elencavam as revoluções que deveriam ser estudadas no Ensino Médio, sob esse critério de participação popular excluía a Inconfidência Mineira. As revoluções estavam mencionadas por nome, e a Inconfidência Mineira estava excluída. Isso é delirante, não tem o menor sentido! Não é porque a Inconfidência Mineira foi um movimento de elite que não se pode estudá-la, ela faz parte importante da história do Brasil.

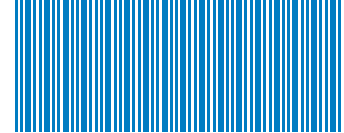


Fiquei muito preocupado quando recebi a Base Nacional de História, tanto que resolvi não divulgá-la de imediato; mandei minha equipe negociar e esse grupo foi bastante intransigente, fizeram mudanças mínimas. Então, apresentamos a Base Nacional de História, deixando claro que o MEC estava expondo documentos independentes, assinados pelas respectivas comissões, para discussão pública, sem que lhes déssemos o caráter oficial que não tinham. O caso da Base Nacional de História trouxe uma discussão política muito grande, muita gente questionando. As críticas que vieram, inclusive as de penas da direita, não estavam erradas. Errado era dizer que o MEC tinha responsabilidade nisso.

**Revista Veras:** Como o Sr. vê o impacto da introdução de cotas para negros e estudantes da rede pública no acesso ao ensino superior?

**Renato Janine Ribeiro:** Primeiro de tudo: as cotas mudaram a paisagem do ensino superior. Você tem hoje a presença de negros, de pessoas de origem pobre nas universidades, o que não havia antes, e isso é muito bom. Era absolutamente necessário. O segundo ponto é que, quando se pensa nas cotas, o desenho atual é o seguinte: 50% das vagas das universidades federais têm de ser distribuídas a alunos que vêm do ensino público. Dentro desses 50% de estudantes vindos do ensino público, há as cotas étnicas, que correspondem à população daquele estado. Basicamente, afrodescendentes, descendentes de indígenas ou os próprios indígenas. Nesse sistema de cotas, se há por ano cerca de 230 mil vagas no ensino superior nas universidades federais, ficam 115 mil vagas para cotistas. Agora é preciso ligar isso à expansão do ensino superior. O número de vagas no ensino superior no Brasil quando Lula assumiu era de 100 mil, e não havia cotas. As vagas eram disputadas por todos, em igualdade de condições. Hoje existem 115 mil vagas, no lugar daquelas 100 mil com disputa universal, mais 115 mil vagas de cotistas – e essas vagas são, antes de mais nada, para egressos do ensino público, porque é dentro delas que estão as cotas étnicas. O que quero deixar claro é o seguinte: não se tirou de um para se colocar em outro. Expandiu-se o sistema. A oferta aumentou e há mais alunos do ensino público hoje no ensino superior federal. Em teoria, metade dos alunos hoje cursando universidades federais são egressos do ensino público. E mesmo cursos considerados mais difíceis, como os de medicina e engenharia, já estão tendo uma nota de corte dos cotistas próxima ou igual à dos não cotistas.

**Revista Veras:** Ou seja, o temor colocado por muitos que eram contrários às cotas de que elas trariam um rebaixamento no ensino superior não aconteceu...



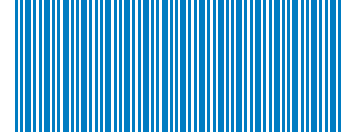
**Renato Janine Ribeiro:** Não aconteceu. O que temos é que o Brasil vive problemas de educação sérios. Há alunos que entram em direito e não sabem português. Há alunos que entram em engenharia e não sabem matemática. Mas isso não é uma falha do sistema de cotas; é uma falha da educação básica. O que leva à necessidade da reforma do Ensino Médio. Temos aí um sistema de vasos comunicantes; às vezes é bom o que comunicam entre si, às vezes é ruim. Há uma situação educacional complicada. Mas o que me parece preocupante é que alguns cursos de pós-graduação estão criando cotas também.

**Revista Veras:** E por que cotas na pós-graduação são preocupantes?

**Renato Janine Ribeiro:** Porque um dos grandes argumentos que foram utilizados para a adoção das cotas foi o seguinte: se trabalharmos com cotas em que a diferença na nota de corte não será maior do que 10 ou 15%, essa distância não será problema, porque esse aluno que veio do ensino público precisou de tanta garra pra chegar lá que, em prazo de tempo relativamente curto, consegue superar essa diferença. O que se dizia por volta de 2004 era: 10% de diferença em um ano, talvez dois, você vence. Quer dizer, havia uma justificativa *ética* para as cotas, que era abrir oportunidades para quem não as tinha; e uma razão *prática*, no sentido de que essas pessoas têm uma qualidade interna por terem lutado contra todas as barreiras diante delas, mostrando-se capazes de superá-las. Só que isso supõe que ao longo da graduação essas pessoas superem de fato essas barreiras. Por isso, quando eu soube que alguns (poucos) cursos de pós-graduação estavam criando cotas, fiquei preocupado porque isso entra em choque com uma das justificativas para a introdução das cotas, no começo dos anos 2000. A rigor, muitos desses alunos terão superado os não cotistas ao fim de seus cursos. Vários cotistas foram os primeiros alunos de suas turmas quando se formaram na graduação. Pessoas que talvez não tivessem tido essa oportunidade se não fosse uma política que tentava dar a eles uma igualdade de oportunidades que lhes tinha sido negada.

**Revista Veras:** Em um artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, o Sr. comentava sobre sua expectativa inicial, quando surgiu o Facebook, de que ele se tornasse uma espécie de “ágora contemporânea”, um palco de discussões, e que isso não se concretizou. Penso nisso por causa desse ambiente carregado nas redes sociais que envolve questões como essa já comentada aqui, do movimento “escola sem partido”. Há alguma forma de se elevar essa discussão entre divergentes?

**Renato Janine Ribeiro:** Como várias outras pessoas, vi na internet



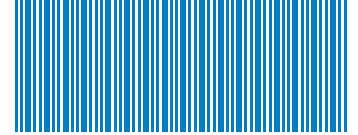
uma grande chance de se recriar uma ágora, no caso virtual. Muita gente teve essa ilusão, essa expectativa. Em 2003, para exemplificar, eu fui candidato a presidente da SBPC [*Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*]. Fui lançado com apoio do conselho e de muitos cientistas, mas com muito menos estruturação do que o meu adversário, que já tinha sido presidente da SBPC e tinha uma rede enorme de contatos. O que eu fiz? Abri um site e publiquei um artigo meu por dia, durante o período de campanha, que foi de 60 dias. Pelo menos uns 30 ou 40 eu publiquei. E também mandava para ser publicado no *Jornal da Ciência* [*informativo digital de divulgação científica publicado pela SBPC*]. O meu adversário não participou, não escreveu nenhum artigo; fiquei eu, sozinho, debatendo. Foi muito curiosa a reação da presidência da SBPC na época. Eles ficaram preocupados com a minha voracidade de discutir questões, tanto que trataram de colocar os meus artigos e tudo o que dissesse respeito à disputa pela presidência no fim do *Jornal da Ciência*, para que não fossem lidos!

É um espanto uma sociedade para o progresso da ciência não querer discutir política científica... Discutir política científica eles fazem, mas discutir a própria política da SBPC não podia. Essa foi uma das poucas vezes em que houve disputa para a presidência da entidade, pelo menos desde que eu sou filiado; geralmente vai-se em direção a um consenso. Esse episódio, para mim, revelou um medo das potencialidades de um debate virtual; as pessoas estavam com medo disso.

A segunda decepção diz respeito ao próprio site que eu abri para discussões, que teve uma única pessoa que mandou um texto. Não houve ágora. No fim das contas, eu reuni esses artigos em um livro, que se chamou *Por uma nova política*, contando essa experiência, que era uma tentativa de usar a internet para discutir a política. Dez anos depois, Fernando Henrique Cardoso convidou várias pessoas, inclusive eu, para uma reunião no seu instituto [*atual Fundação Fernando Henrique Cardoso*], e nessa reunião expôs o projeto de um site, um observatório político, que ele queria que fosse extrapartidário, no qual as pessoas discutissem distintas linhas políticas, e que fosse uma grande forma de se discutir política. E isso também deu errado; acabou ficando só gente muito ligada a ele.

Então, estamos vivendo esse processo pelo qual, ao mesmo tempo que se tem, tecnicamente, uma abertura gigantesca de diálogo e discussão, a cabeça das pessoas não está preparada para lidar com essas competências que as tecnologias criaram. Dizendo de outro modo: até certo momento do século 20 a maior parte das invenções era para satisfazer um desejo que existia desde antigamente. O mito de Ícaro nasceu 2 mil anos





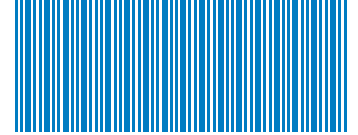
antes de ser criado o avião. O sonho de pousar na Lua, você tem isso em *Cyrano de Bergerac*, quase 400 anos antes de o homem efetivamente pousar lá. E por aí vai, as invenções seguindo os desejos humanos.

Só que estamos diante de uma grande mudança nisso tudo: começamos a ter invenções que surgem e só depois nós vamos entender no que elas mudam o ser humano. É diferente inventar um trem, que acelera a velocidade das pessoas e satisfaz um desejo delas, e inventar o Facebook, uma invenção cujos efeitos são, sobretudo, de sociabilidade. Esses efeitos de sociabilidade não estavam previstos, nem desejados. Nós ainda não sabemos direito o que é isso. O que vai acontecer com o Facebook? Acho que vão acontecer dois fenômenos distintos, mas que se somam para trazer um efeito negativo. Por um lado o narcisismo, extremamente forte nos tempos atuais. E o narcisismo faz com que haja uma dificuldade muito grande em aceitar aquilo que não seja uma valorização imediata de você mesmo. Por isso a preferência por aquele que concorda com você, em detrimento daquele que discorda.

Em segundo lugar, está havendo o fechamento de grupos sobre si próprios. Enquanto o narcisismo consumista de nosso tempo é uma tendência de décadas, esse fechamento dos grupos sobre si mesmos é uma coisa recente, de três ou quatro anos. É o que dá Trump, dá Brexit, dá a briga fratricida no Brasil de hoje... Você tem um caminho que vai indo na direção de fechamento sobre grupos basicamente empenhados em algum tipo de conservadorismo.

Quando falo em conservadorismo, não estou falando apenas do que a gente chama de conservadorismo de direita. Há também o fechamento sobre si de grupos feministas, de grupos de defesa dos direitos dos negros; alguns deles até enunciam publicamente preconceitos contra homens, contra brancos etc. Para mim, é uma mesma estrutura psíquica, reativa, que está a agir nos dois casos. Você repele o diferente. Veja a recente polêmica sobre o uso de turbante por mulheres não negras, em que houve gente contestando que pessoas não negras pudessem usar turbantes, mas se esquecendo de que o turbante não tem origem na África, mas na Ásia, e é conhecido há muito mais tempo no mundo persa do que no mundo africano; ou que, ironicamente, a Simone de Beauvoir, um fetiche do movimento feminista, usava sistematicamente turbante – e parece que começou a usar para se proteger do frio durante a ocupação alemã, dado que eles não tinham calefação durante a guerra.

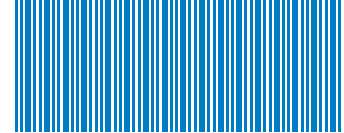
Esse tipo de alegação que se fecha sobre si torna praticamente impossível o diálogo. Isso acaba trazendo resultados muito negativos, até



do ponto de vista político, porque na política, queira ou não, é preciso ganhar votos e ganhar apoio. E é bom lembrar que votos e apoio não são a mesma coisa. Votos você computa depois da eleição, e pode-se anular o voto, reverter o resultado dos votos, muita coisa pode acontecer. Apoio é mais permanente, é mais vital. É preciso ter apoio político para se fazer alguma coisa.

Ora, como é que se vai ter apoio político se tanta gente se esmera mais em atacar os outros do que em propor suas ideias? Um exemplo cabal disso é a maneira como certos segmentos de esquerda, simpatizantes do PT, atacaram durante anos, e sistematicamente, a classe média. Se a classe média, em função da mídia, já tinha certa antipatia pelo PT, ao ser atacada explicitamente por pessoas que envergavam a estrelinha petista ela ficou ainda mais contra. E isso a despeito de tanto Lula quanto Dilma terem dito que queriam a classe média com eles. Mais ainda, Dilma disse que queria o Brasil como um “país de classe média”. E uma das falhas dos governos passados, mais especificamente do governo passado, foi ter perdido certo tipo de apoio que antes tinha: simplificando, o apoio daqueles que são contra a corrupção e daqueles que são contra o preconceito. As pessoas contra o preconceito obviamente não vão junto com “escola sem partido”, não vão junto com Movimento Vem pra rua, com MBL, não vão! Mas também muita gente que era contra a corrupção e o preconceito ficou contra a presidente Dilma, até porque indígenas e meio ambiente não foram ênfases dela.

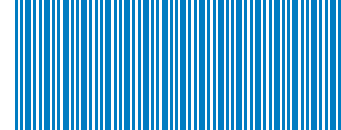
Essa foi uma perda substancial de apoio político, pois havia uma ligação do PT com tudo o que era mais avançado em termos de movimento, nas mais diversas áreas, e muito desse movimento avançado deixou de apoiar o PT, especialmente a partir de 2013. O momento de corte foi o movimento social deflagrado pelo passe livre, que indicou que o PT não tinha mais as ruas, nem mais a simpatia desses setores. Setores estes que no plano mundial estariam muito claramente contra o Brexit, Trump, Le Pen. Veja, o nosso recorte é diferente do recorte de fora; nossa situação é muito mais grave. Quando a gente fala de Le Pen, de Trump, de Brexit, trata de países que têm uma democracia mais avançada e estruturas sociais mais favoráveis do que a nossa. São países em que a miséria é muito pequena, a pobreza também; nesses países se pode dizer que a própria pobreza é residual. No Brasil, a miséria ainda existe, e provavelmente está crescendo no atual governo. Com as políticas sociais do governo Dilma, a miséria chegou a 1,5% da população. É muito pouco, e bem difícil lidar com esse finalzinho. Agora, a pobreza continua pegando algumas dezenas de por cento, é uma coisa delicada no país.



Outra coisa: esses países têm educação superior à nossa, mesmo os Estados Unidos têm educação superior à nossa. Quando eu falo mesmo os Estados Unidos é porque eles têm um fenômeno parecido com o Brasil, que há uns dez anos foi chamado de “brazilianização dos Estados Unidos”, que é uma sociedade rachada em duas camadas, dois níveis sociais. No caso da França, não há esse racha tão grande, porque há a ideia da educação universal como um valor republicano básico e importante. Se você pegar o discurso de posse do [Emmanuel] Macron, que é muito genérico, não achei admirável, mas um ponto fundamental nele é quando faz a defesa da laicidade republicana. A laicidade republicana está muito ligada ao ensino universal. Laicidade não é apenas não ter os símbolos religiosos em sala de aula e não admitir a colonização da sociedade pela Igreja. Laicidade é dar opções de igualdade de oportunidades, que na França é um valor mais alto do que na Inglaterra ou nos Estados Unidos.

**Revista Veras:** Para finalizar esta entrevista, gostaria de saber o que mobiliza o filósofo e ex-ministro da Educação, especialmente nesta área?

**Renato Janine Ribeiro:** Eu me aposentei da USP em 2011, e não parei de trabalhar. Dei muita palestra, escrevi muita coisa. Mas fazia muito tempo que eu não publicava um livro “com cara de livro” mesmo. Publiquei alguns livros depois da *A sociedade contra o social*, que ganhou o Prêmio Jabuti em 2001, mas a maior parte de minhas publicações nesses anos foi de artigos em obras coletivas ou em periódicos científicos. Eu terminei agora um livro, que deve sair pela Companhia das Letras, que se chama *A boa política*. É uma coletânea de artigos de filosofia política, alguns que já estavam escritos e eu mudei inteiramente, outros eu escrevi. Eles vão da ideia da “inveja do tênis”, um tema que eu levantei 20 anos atrás, no qual busco entender por que jovens pobres às vezes matam um rapaz mais rico por um par de tênis, uma tentativa de discutir como o consumo tem esse poder atrativo tão grande na sociedade atual, e como ele pode ser mais importante do que as reivindicações éticas, como educação, saúde, emprego, segurança e moradia. Quer dizer, como existe no imaginário contemporâneo uma queda pelo prazer que é muito grande e que não pode ser deixada de lado na política. Vai disso até a questão das quatro agendas democráticas [referência a um artigo publicado no Valor Econômico citando o desafio do país diante de quatro agendas democráticas: a conquista da democracia, o controle da inflação, a ascensão das classes baixas e a qualificação dos serviços públicos]. Também estou terminando um livro sobre minha



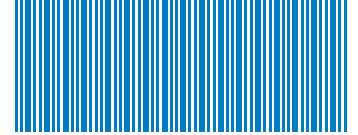
experiência ministerial, que talvez se chamará *Seis meses na Esplanada*. Muito do que lhe disse vai aparecer, desenvolvido, neste livro. Ele deverá ter dois eixos. O primeiro relata minha experiência e faz uma análise política de um período: entrei como ministro quando o *impeachment* era uma possibilidade e quando saí era uma forte probabilidade. Uma segunda parte trata da educação especificamente: o que aprendi que poderia, e deveria, ser feito no Brasil e a parte complicada disso tudo...

**Revista Veras:** E é muita complicação nesse caminho, não?

**Renato Janine Ribeiro:** É preocupante. Eu cheguei a falar com a presidente Dilma, em nosso terceiro e último encontro (tive apenas três encontros de trabalho com a presidente, todos no mês de junho de 2015), sobre a ideia de uma nova “onda educativa”. Eu disse o seguinte: “Vamos pensar em 100% dos alunos. A primeira constatação é que a escola pública não tem qualidade suficiente para todo mundo. Então, vamos fazer o seguinte: tentar melhorar a qualidade de 5% dos alunos ao ano, começando pelas crianças pequenas, de 1, 2 ou de 3 anos de idade. Então, a cada ano teríamos como meta pegar 5% da faixa das creches e garantir boas creches, no país todo”.

O que implicaria também construir prédios de boa qualidade, com os recursos necessários, além de formar professores de uma nova forma, articulada com a nova Base Nacional Comum Curricular. No caso da creche e da pré-escola, por exemplo, tem que ser o aprendizado lúdico. Além disso, é preciso garantir que o município, ou o estado no caso do Ensino Médio, tenha condições de arcar com a manutenção. Para se ter uma ideia, o investimento que a União faz na construção de um prédio equivale a cinco ou seis anos de manutenção; só que o compromisso do estado ou município é com a manutenção pela vida toda. No tempo em que eu era ministro nós deixamos de construir creches, que estavam prometidas desde a campanha de 2014, mas havia creches que foram entregues cujas prefeituras não tinham como lidar porque não tinham o dinheiro da manutenção.

Portanto, é preciso garantir este tripé: o prédio, federal, com boas instalações; a formação dos professores, sob diretrizes federais e com universidades, provavelmente a maior parte dela instituições federais; e o terceiro ponto é que os municípios tenham recursos, o que supõe desenvolvimento econômico e, talvez, uma nova repartição das receitas, novos tributos. O Brasil não avança sem uma tributação maior das pessoas mais ricas, isso é o eixo, um dos pontos modais hoje. Aí, o que se faria? Em um primeiro ano, 5% da população das creches de

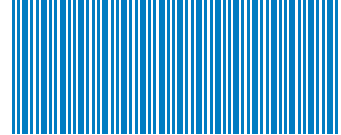


1 ano de idade. É pouco, isso não é tão caro. Só que é preciso garantir duas coisas no ano seguinte: que a prefeitura ofereça a mesma formação para mais 5% da rede e garanta a manutenção dos mesmos padrões de qualidade para a turma do ano anterior. Em vários casos vai ser preciso construir os prédios, mas em muitos outros será o caso de reformar. Em muitos casos será preciso contratar professores novos, mas em outros será apenas preciso requalificar os professores já existentes na rede.

Com isso, em um prazo de 20 anos seria possível garantir que toda criança que entrasse com 1 ano de idade em uma creche pública tivesse pela frente 17 anos de educação de qualidade. Estou insistindo na creche, apesar de sua oferta não ser obrigatória segundo a Constituição, porque é quando as sinapses decisivas se formam. Esse é o maior déficit educacional nosso. Agora, veja o cálculo: demoraria 20 anos para universalizar a qualidade. Quem entrasse daqui 20 anos, levaria mais 17 anos até que essa pessoa estivesse formada e pronta. Tudo isso dá, praticamente, 40 anos!

Então, quando o Brasil decidir fazer isso, porque eu acho que não tem outra via, essa “onda educativa” é a via do Brasil, na hora que conseguirmos isso, teremos garantido um nível de educação e oportunidade para todo mundo. Mas seria preciso eleger a educação como prioridade nacional, saber que isso vai custar dinheiro, e começar a trabalhar com anos de antecedência. Por exemplo, se tivéssemos formulado isso como necessidade nacional em 2015, ou 2016, e se não tivesse havido essa mudança de governo e tudo o mais, talvez pudéssemos ter uma Base Curricular formada o suficiente para melhorar a formação dos professores, mudando-a, já a partir do vestibular de 2018. Ou seja, os alunos que se formassem em 2021 seriam talvez os primeiros professores de Educação Infantil sobre os quais se poderia ter certeza de que estariam bem preparados para trabalhar em creches. Mas, para isso, até 2021 seria preciso também construir todos os prédios necessários e reformar os que já existissem. Assim, em 2022 teríamos o primeiro balanço dessa “onda educativa”.

Agora, isso tudo vem junto com outra questão importante: é preciso garantir que nessas escolas os professores sejam todos bons. Você não pode pulverizar os bons professores em um monte de escolas nas quais os alunos terão professores bons e professores ruins. Quando se melhorar uma escola, ela precisa ficar pronta, acabada. E no setor público isso não é fácil. Em suma, esse foi meu plano de orientação, e veja o que isso implica. Claro, é possível se acelerar um pouco, atuar nos vários níveis, melhorar o Ensino Médio, o Fundamental 2, não é possível mexer



só num ano. Mas, na prática, se se quiser universalizar o ensino de qualidade, é preciso garantir que o começo tenha uma continuidade. Você não pode começar bem e no terceiro ou quarto ano derrapar.

**Revista Veras:** Teria que ser muito mais uma política de Estado do que de um governo, não acha?

**Renato Janine Ribeiro:** Eu penso até que deveria haver o acompanhamento dessas metas por uma entidade não governamental. Não digo uma ONG, alguma instituição do terceiro setor, mas uma autoridade do tipo dos Boards of Education dos Estados Unidos, para que esse projeto se emancipasse da política imediata. Talvez nos setores sociais, em geral, fosse bom ter uma instância que não dependesse tanto do governo do momento. E há dois problemas grandes que batem na educação básica: primeiro, os trabalhadores da educação básica, professores e funcionários, estão pouco presentes nas discussões sobre a qualidade da educação. Essa discussão rola entre o MEC, secretarias estaduais e municipais de educação, universidades e fundações privadas, basicamente isso; seja por alguma orientação sindical, seja pelo receio de que essa discussão possa, de alguma forma, sabotar os empregos, mesmo num governo de esquerda havia a desconfiança por parte dos movimentos. Esse é um problema. E um problema talvez ainda maior é que os que têm o direito à educação, os próprios alunos ou seus pais, também não estão presentes nessa discussão.

RIBEIRO, RENATO J. *Por uma nova política*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

